

CAPITALISMO DE DESASTRE À BRASILEIRA: REVOLUÇÃO CULTURAL, MELANCOLIZAÇÃO E APOIO POPULAR À JAIR BOLSONARO

Claudia Henschel de Lima¹
Antonio José Alves Junior²

Resumo: Por que as reformas neoliberais antipopulares ocorridas no Brasil (durante o governo Bolsonaro) receberam apoio expressivo do povo? Para responder a essa pergunta, este artigo parte do conceito de *capitalismo de desastre* para demarcar o neoliberalismo como um programa político que constitui uma racionalidade específica. Contudo, esse conceito se mostrou insuficiente para explicar os mecanismos subjetivos envolvidos no apoio popular às reformas. Recorre-se, então, à hipótese de *melancolização* – formulada a partir da psicanálise freudiana –, a qual utiliza os processos de identificação para explicar a submissão popular a um líder, ainda que seu programa político se baseie em reformas antipopulares e no desmantelamento do Estado brasileiro.

Palavras-chave: Capitalismo de Desastre. Neoliberalismo. Melancolização. Governo Jair Bolsonaro.

BRAZILIAN DISASTER CAPITALISM: CULTURAL REVOLUTION, MELANCHOLY AND POPULAR SUPPORT FOR JAIR BOLSONARO

Abstract: Why had the neoliberal and antipopular reforms occurred at Brazil (during Bolsonaro's government) been extensively supported by its people? To answer this question, this paper uses the concept of *disaster capitalism* to define neoliberalism as a political program that constitutes a specific rationality. This concept, however, turned out to be insufficient to explain the subjective mechanisms involved in the popular support to the reforms. The hypothesis of melancholy – based on the freudian psychoanalysis – was used as a resort, since it uses the identification processes to explain popular submission to a leader, even though their political program is consisted in antipopular reforms and the dismantling of the brazilian State.

Keywords: Disaster Capitalism. Neoliberalism. Melancholy. Jair Bolsonaro's government.

CAPITALISMO DEL DESASTRE BRASILEÑO: REVOLUCIÓN CULTURAL, MELANCOLIZACIÓN Y APOYO POPULAR A JAIR BOLSONARO

Resumen: ¿Por qué las reformas neoliberales antipopulares que tuvieron lugar en Brasil (durante el gobierno de Bolsonaro) recibieron un apoyo significativo de la gente? Para responder a esta pregunta, este artículo parte del concepto de capitalismo del desastre para deslindar al neoliberalismo como un programa político que constituye una racionalidad específica. Sin embargo, este concepto resultó insuficiente para

¹Universidade Federal Fluminense, Departamento de Psicologia, Volta Redonda, Brasil. PROFIAP/UFF, Volta Redonda, Brasil. PPGP/UFRJ, Brasil. claudialima@id.uff.br, <https://orcid.org/0000-0002-7693-7321>.

² Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Departamento de Ciências Econômicas, Seropédica. PPGCTIA/UFRRJ, Seropédica, Brasil, antonioj@ufrj.br, <https://orcid.org/0000-0002-4298-7590>.

explicar los mecanismos subjetivos involucrados en el apoyo popular a las reformas. Por lo tanto, se recurre a la hipótesis de la melancolía, formulada a partir del psicoanálisis freudiano, que utiliza procesos de identificación para explicar la sumisión popular a un líder, incluso si su programa político se basa en reformas antipopulares y el desmantelamiento del estado brasileño.

Palabras clave: Capitalismo del desastre. Neoliberalismo. Melancolización; Gobierno de Jair Bolsonaro.

Introdução

Com a eleição de Luís Inácio Lula da Silva, do PT, em 2003, o Estado brasileiro retomara a função de indutor do desenvolvimento econômico e social. A partir de então, o país testemunhou a aceleração do crescimento, a modernização da estrutura produtiva e a desconcentração da renda.

O Brasil construía, com sucesso, não apenas uma via própria de desenvolvimento e de afirmação da sua soberania, como, também, valorizava as regras do jogo de sua jovem democracia, fortalecendo o espírito da Constituição Federal de 1988. Essa trajetória, reconhecida internacionalmente, se refletiu na foto de capa do *The Economist*, que apresentava o Cristo Redentor decolando³ - uma metáfora entusiasmada sobre o horizonte que se abria para o país em um mundo ainda envolto com as sequelas da crise financeira de 2008. Contudo, o horizonte do desenvolvimento econômico e social, bem como o do aperfeiçoamento democrático, se dissolveram em uma crise política e econômica de grandes proporções. Essa crise teve seu marco nas eleições presidenciais de 2014, que concederam o quarto mandato consecutivo ao Partido dos Trabalhadores. Desde então, a disputa pelo poder no Brasil mobilizou forças políticas, empresariais e jurídicas que bombardearam irresponsavelmente a institucionalidade política e o aparato desenvolvimentista (Henschel de Lima e Alves Junior, 2020).

O grau de devastação provocado por essa guerra institucional, que acabou por derrubar a Presidenta Dilma Rousseff e empossar o então vice-presidente Michel Temer, não pode ser desconsiderado. A estagnação econômica e o esforço continuado de associar a esquerda, a política e o aparelho de Estado à corrupção abriram espaço político para a realização de várias reformas de cunho neoliberal em tempo e profundidade recordes. No entanto, para além das reformas, emergiram, não sem alguma surpresa, forças de extrema direita, que, sem expressão política

³ Imagem disponível em: <https://www.economist.com/leaders/2009/11/12/brazil-takes-off>

relevante poucos anos antes, levaram à Presidência, em 2018, Jair Bolsonaro. Em 2022, tais forças - mesmo depois de um governo desastroso - só foram derrotadas por uma pequena margem de votos por uma frente amplíssima de partidos sob a liderança do Presidente Lula.

Essa guerra institucional que resultou nas reformas e na ascensão da extrema-direita provocou, também, um vasto quadro subjetivo sintomatológico em muitos brasileiros. De fato, a matéria *Brasileiros à beira de um ataque de nervos*, publicada no jornal El País, em 16 de abril de 2016, já havia mostrado como a tensão política que culminou no *impeachment* desencadeara, na população brasileira, o aumento e agravamento de sintomas subjetivos - conforme está reproduzido no Quadro 01.

Quadro 01 - Sintomas de sofrimento subjetivo à época do *impeachment* da Presidenta Dilma Rousseff

Sintomas corporais	Sintomas psicológicos
Queda de imunidade	Ansiedade
Alergias de pele	Angústia
Distúrbios intestinais	Modificações do humor
Dores de cabeça e musculares	Alterações do sono
Fadiga permanente	

Fonte: EL PAIS (2016).

Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2016/04/15/politica/1460672392_067866.html>. Acesso em: 15 dez. 2022.

Consideramos que a gravidade dos sintomas subjetivos não é apenas uma consequência da implantação de reformas neoliberais antipopulares às custas do esgarçamento da estrutura institucional.

Neste artigo, defendemos a hipótese de que esse processo se nutriu da mobilização de sentimentos e formas de sofrimento subjetivo muito precisos, denominados aqui de *melancolização*. A melancolização não somente explica a baixa resistência do povo às reformas que reduziram direitos sociais, mas ajuda a esclarecer as razões de seu engajamento nos movimentos da extrema direita.

Neoliberalismo, crises, subjetividade

Em *Nascimento da Biopolítica* (1978-1979/2008), Michel Foucault conduz uma investigação robusta acerca das condições de possibilidade para o surgimento do neoliberalismo. Ele reproduz uma consideração do crítico americano de arte, Bernard

Berenson, acerca dos temores que atravessavam a subjetividade de época assolada pelo nazismo e os horrores da II Guerra: “Deus sabe quanto eu temo a destruição do mundo pela bomba atômica (...), mas há pelo menos uma coisa que temo tanto quanto esta, que é a invasão da humanidade pelo Estado.” (Foucault, 1978-1979/2008, p. 103).

Essa consideração é relevante para o curso de Foucault, pois localiza a ocorrência de um sintoma social como resposta à crise de governamentalidade em torno do Estado nazista e de seus horrores: a *fobia do Estado*. É nesta conjuntura de fobia do Estado que Foucault (1978-1979/2008) localizará a realização do Colóquio Walter Lippman, em 1938 e a formação da Sociedade Mont Pèlerin, em 1947 – ambos, em torno da defesa do neoliberalismo e de seu princípio de crítica ao excesso do Estado: “(...) o liberalismo se apresentou, num contexto bem definido, como uma crítica da irracionalidade própria do excesso de governo e como um retorno a uma tecnologia de governo frugal (...)” (Foucault, 1978-1979/2008, p. 437).

Foucault (1978-1979/2008) particulariza, então, o neoliberalismo não somente como um sistema econômico fundamentado nos princípios da economia de mercado em ruptura com o estado de bem-estar social. Trata-se de um programa de regulação do exercício global do poder político que produz uma racionalidade específica, uma subjetividade que encarna os mesmos princípios da economia de mercado: o *empreendedor de si*, aquele que, desqualificando a política, será integralmente responsável pelo seu sucesso e fracasso. Sendo assim, o neoliberalismo, mais do que um sistema econômico, é um princípio de produção de subjetividade.

As formulações de Foucault são precisamente datadas, situando-se no final da década de 1970. Sua capacidade antecipatória do que estaria por vir justifica a relevância de *Nascimento da Biopolítica* (1978-1979/2008) na análise contemporânea do neoliberalismo e no reconhecimento de sua racionalidade (Klein, 2008; Dardot e Laval, 2016; Brown, 2019).

No presente artigo, privilegamos a especificidade da temática da constituição da racionalidade neoliberal no quadro das emergências humanitárias, tal como fora conduzida por Naomi Klein (2008). A autora avança ainda mais sobre o neoliberalismo, ao investigá-lo como um programa político que se nutre da ocorrência

de emergências humanitárias (instabilidades políticas, golpes de estado, guerras, desastres naturais, epidemias e pandemias. Para Klein (2008), essa conjuntura seria a oportunidade para a implantação de reformas estruturais na estrutura sociopolítica, que levam à dissolução do Estado de bem-estar social, a favor de corporações e da promoção de mudanças regressivas na estrutura social. Por isso, a autora redenomina o neoliberalismo como *capitalismo de desastre*.

Para testar sua hipótese, Klein (2008) conduz um levantamento de crises políticas e emergências humanitárias – a ditadura no Chile, a crise na Polônia ao longo dos anos de 1980, a invasão do Iraque em 2003 e o furacão Katrina em 2005 – com a finalidade de mostrar como essas situações emergenciais foram o terreno fértil para a implantação de reformas econômicas estruturais. Sublinhamos o sentido preciso de *reformas estruturais*. Elas não se configuraram como recomposição dos estragos de crises e emergências humanitárias, mas como o rompimento com o passado, eliminando ações que antes pertenciam à esfera pública em prol da edificação, no sentido mesmo de construção política, de formas de economia de livre-mercado.

Escola de Chicago: fundamento teórico do capitalismo de desastre

Klein (2008) situa no Prêmio Nobel e professor da Escola de Chicago, Milton Friedman, o marco da centralidade da crise como alavanca para reformas estruturais e inevitáveis. De fato, conforme se depreende de uma passagem de *Capitalismo e Liberdade* (1962/2019):

Apenas uma crise real ou percebida – produz mudanças verdadeiras. Quando a crise ocorre, as ações dependem das ideias predominantes. Acredito que essa seja nossa função básica: desenvolver alternativas para as políticas públicas vigentes, mantê-las vivas e disponíveis, até que o politicamente impossível se torne politicamente inevitável (FRIEDMAN, 1962/2019, p.15).

A centralidade da crise se atualiza, em 2005, na entrevista ao *The Wall Street Journal*, em que avaliara a amplitude da emergência humanitária causada pelo furacão Katrina, em 2005, como mais do que uma emergência humanitária, na cidade de New Orleans. O furacão, na avaliação de Friedman, seria a oportunidade para estabelecer uma reforma estrutural do sistema educacional: “A maior parte das escolas de Nova Orleans está em ruínas [...] assim como os lares das crianças que

estudavam ali. As crianças, agora, estão espalhadas por todo o país. Isso é uma tragédia. É também uma oportunidade para reformar, radicalmente, o sistema educacional” (FRIEDMAN, 2005. Tradução dos autores do artigo).

Na época, o autor propusera o fornecimento de *vouchers* para que as famílias matriculassem seus filhos em instituição privadas de ensino, onde quer que as crianças e suas famílias se encontrassem. Não se tratava de um plano contingencial em um programa que tivesse, em seu horizonte, a reconstrução da cidade e a estabilização da vida da comunidade afetada pelo desastre do Katrina. Ao contrário, o choque para Friedman (2005) deveria romper com o passado, impondo uma reforma permanente, a ser implantada sem gradualismo, sem transição, sem volta atrás. A ideia era, escancaradamente, moldar um espaço econômico novo, segundo os interesses das corporações interessadas na especulação imobiliária, na educação privada e em outros bons negócios que pudessem se originar com a ruptura com o que é público e com a vida em comunidade.

A justificativa intelectual do autor, para a necessidade dessas reformas, residiu na articulação entre liberdade econômica e liberdade política. A limitação do Estado e a contenção da esfera pública ao mínimo indispensável é essencial para assegurar a maior distinção entre poder econômico e poder político e promover o divórcio entre o controle da atividade econômica e a autoridade política. É somente assim que a organização da economia obedeceria apenas às vontades livremente manifestadas, ou decisões consensuais das partes envolvidas. Para Friedman, o caso contrário - em que o Estado avoca para si o direito à interferência na produção e distribuição de bens - limita a liberdade individual em torno da coerção política de grupos capazes de mobilizar majorias para se apropriar de benefícios a que não teriam direito de outro modo. É a partir daí que se sustenta a defesa de Friedman com relação às reformas econômicas, atribuindo ao livre-mercado maior protagonismo nas ações econômicas, em nome da democracia. Contudo, essa tarefa exige que se empreenda esforços para reunir apoio político capaz de vencer as resistências de grupos beneficiados pela interferência do Estado. Aqui, crises, emergências humanitárias, ganham seu papel central.

A animação demonstrada por Friedman com as oportunidades abertas pela crise humanitária - imposta pela devastação do furacão Katrina – revela a presença de uma variável crucial no fundamento do capitalismo concebido pela Escola de Chicago: o desastre. Essa variável poderia, ainda, ser estendida, por analogia, às oportunidades abertas por quaisquer emergências humanitárias, por quaisquer crises. No caso de New Orleans, a crise humanitária evidenciou a fragilização de grupos que se beneficiavam das políticas de Estado: moradores de bairros populares e famílias com filhos matriculados em escolas públicas. E essa fragilização, por sua vez, se converteu em oportunidade para a implantação de reformas.

COVID-19: explorando a crise humanitária no Brasil

A pandemia de COVID-19 descortinou a profunda crise política no Brasil. Testemunharam-se tensões internas graves, promovidas pelo choque entre o entendimento do Presidente da república, em relação à COVID-19, e as orientações do Ministério da Saúde (nos três primeiros meses da pandemia), dos governos estaduais e prefeituras, que procuravam seguir as diretrizes da OMS.

O estudo *Direitos na Pandemia – Mapeamento e Análise das Normas Jurídicas de Resposta à COVID-19 no Brasil* (2021), revela esse tensionamento. Foram encontradas 3.049 normas relacionadas à COVID-19, editadas pelo Poder Executivo, entre 01 de janeiro de 2020 e 31 de dezembro de 2020. O documento lista um conjunto de impasses na conformidade desses atos normativos com as leis e com a Constituição Federal, que acabaram por provocar o poder judiciário a contrariá-los. As medidas de restrição para conter a pandemia de COVID-19 são um exemplo. Enquanto o governo defendia que o isolamento social e lockdown feriam a liberdade individual e não definia as medidas necessárias para conter o avanço da pandemia, o STF determinara que, diante dessa inação, os decretos estaduais e municipais que visem a segurança sanitária teriam plena validade. Diante disso, em vez de assumir seu papel de coordenação das políticas de combate à pandemia, o Presidente Jair Bolsonaro afirmou diversas vezes que fora impedido pelo STF de assumir a responsabilidade pela coordenação das medidas de contenção da pandemia. O

Quadro 02, elaborado pelos autores do presente artigo, apresenta exemplos dessa manipulação da verdade.

Quadro 02 - Críticas do Presidente Jair Bolsonaro ao STF, no ano de 2021

Afirmações	Data
Amigos do Supremo Tribunal Federal, daqui a pouco vamos ter uma crise enorme aqui. Eu vi que um ministro despachou lá um processo para me julgar por genocídio. Olha, quem fechou tudo e está com a política na mão não sou eu. Agora, eu não quero aqui brigar com ninguém, mas estamos na iminência de ter um problema sério no Brasil.	Fala endereçada ao STF em 14/04/2021
Eu não fechei comércio, não determinei que ninguém ficasse em casa, não destruí emprego. Mas o Supremo Tribunal Federal disse que prefeito e governador podiam fazer o que bem entendessem. Estão fazendo. Falam tanto em Constituição, os que defendem a Constituição, e estupraram o artigo 5º da Constituição.	Fala aos apoiadores em 28/04/2021

Fonte: Elaborado pelos autores.

Uma amostra mais ampla de declarações da presidência da república, apresentada no Quadro 03, revela sua estratégia discursiva de produção de desqualificação e minimização da emergência da COVID-19. A tensão interna foi tamanha, na época, que levou à exoneração de Luiz Henrique Mandetta e Nelson Teich, então ministros da saúde que observavam as diretrizes da OMS e da ONU. Na estrutura discursiva de Bolsonaro, prevalecia o cálculo de convicção de que a imunidade de rebanho era o caminho para recuperar a economia, a despeito das posições em contrário da comunidade científica mundial, dos organismos internacionais e do acúmulo de evidências no sentido oposto.

Quadro 03 - Programa de desqualificação e minimização da pandemia: declarações do Presidente Jair Bolsonaro (fevereiro de 2020-fevereiro de 2021).

Declarações de Jair Bolsonaro	Datas
O mundo todo está sofrendo.	27/02/2020
Não há motivo para pânico.	06/03/2020
Está superdimensionado o poder destruidor deste vírus.	09/03/2020
(...) a questão do coronavírus, que não é isso tudo que a grande mídia propala.	10/03/2020

Outras gripes mataram mais do que essa.	11/03/2020
Esse vírus trouxe uma certa histeria e alguns governadores (...) estão tomando medidas que vão prejudicar e muito a nossa economia.	17/03/2020
Depois da facada, não vai ser uma gripezinha que vai me derrubar.	20/03/2020
Brevemente, o povo saberá que foi enganado por esses governadores e por parte da grande mídia nessa questão do coronavírus.	22/03/2020
A dose do remédio não pode ser excessiva de modo que o efeito colateral seja mais danoso que o próprio vírus.	23/03/2020
(...) algumas poucas autoridades, estaduais e municipais, devem abandonar o conceito de terra arrasada, a proibição de transportes, o fechamento do comércio e o confinamento em massa.	24/03/2020
Outros vírus mataram bem mais do que este e não teve essa comoção toda.	25/03/2020
O maior remédio para qualquer doença é o trabalho (...). Não podemos agir dessa maneira irresponsável. (...) Vão quebrar o Brasil por conta do vírus?	27/03/2020
tá com medinho de pegar vírus? Brincadeira. E o vírus é uma coisa que 60% vão ter, ou 70%.	02/04/2020
Houve uma potencialização das consequências do vírus. Levaram o pavor para o público, histeria.	20/04/2020
(...) E daí? Lamento. Quer que eu faça o que? Eu sou Messias, mas não faço milagre.	28/04/2020
Não adianta a imprensa querer botar na minha conta estas questões que não cabem a mim.	29/04/2020
É uma neurose. 70% da população vai apanhar o vírus. Não há nada que eu possa fazer. É uma loucura,	10/05/2020
Estou exigindo a questão da cloroquina agora também. Se o Conselho Federal de Medicina decidiu que pode usar cloroquina desde os primeiros sintomas, por que o governo federal via Ministro da Saúde vai dizer que é só em caso grave? Eu sou comandante, PR, para decidir, para chegar para qualquer ministro e falar o que está acontecendo. E a regra é essa, o norte é esse.	13/05/2020
Quem for de direita toma cloroquina, quem for de esquerda toma Tubaína.	19/05/2020
Ou a OMS realmente deixa de ser uma organização política, até partidária pode-se dizer, ou nós estudamos sair de lá.	05/06/2020
Lembro à Nação que, por decisão do STF, as ações de combate à pandemia (fechamento do comércio e quarentena, p.ex.) ficaram sob total responsabilidade dos Governadores e dos Prefeitos.	08/06/2020
Estamos praticamente vencendo a pandemia. O governo fez tudo para que os efeitos negativos da mesma fossem minimizados, ajudando prefeitos e governadores com necessidades na saúde. (...) [Brasil] foi um dos países que menos sofreu com a pandemia.	11/09/2020
<i>Entramos em 2020, e tivemos o problema da pandemia que, no meu</i>	14/10/2020

<i>entendimento, foi superdimensionado.</i>	
<i>Está acabando a pandemia no Brasil.</i>	28/10/2020
Conversinha (...)	13/11/2020
<i>Estamos vivendo um finalzinho de pandemia. (...) Não temos notícia dos nossos irmãos da África, abaixo do deserto do Saara, de grande quantidade de óbitos por Covid e todos esperavam justamente o contrário. A pessoa com alguma deficiência alimentar, pessoas mais pobres, fossem ser em boas e quantidade vitimadas. E não foi por quê? Eles tratam lá, muito, infelizmente, a malária. Então o elemento chegava com malária e com Covid-19, era tratado com hidroxicloroquina e ficava bom (...)</i>	10/12/2020
<i>A pandemia, realmente, está chegando ao fim. Temos uma pequena ascensão agora, que chama de pequeno repique que pode acontecer, mas a pressa da vacina não se justifica</i>	19/12/2020
<i>Quem frequenta a praia, pega um sol e o sol é o que fixa a vitamina D no corpo. Tiveram problemas graves? Não. Tem a solução que está aí</i>	07/01/2021

Fonte: HENSCHER DE LIMA (2021).

Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v10i8.17275>>. Acesso em: 20 dez. 2022.

A leitura desta amostra de declarações, que apesar de extensa está longe de exaurir o repertório do presidente, evidencia a posição assumida, na época, pelo governo brasileiro em relação a gravidade da COVID-19. Ao mesmo tempo em que reconhece a existência da pandemia, banaliza e minimiza sua responsabilidade com relação a uma política mais efetiva de prevenção e tratamento da infecção viral, e de proteção de direitos sociais em contexto de emergência humanitária. Essa posição do governo se manifestou na ausência de diretrizes do Ministério da Saúde para governos estaduais e prefeituras para a elaboração e pactuação de um plano científico de isolamento social e abertura gradativa da economia do país; na aquisição insuficiente e desorganizada de insumos hospitalares para abastecimento de hospitais federais, estaduais e municipais do país direcionados ao tratamento da COVID-19; na ausência de políticas de comunicação e prevenção do avanço da contaminação pelo país até as populações indígenas e quilombolas (mais vulneráveis à infecção viral); na subnotificação dos casos de COVID-19 por todo o país e na sobrecarga de todos os níveis de atenção à saúde (em especial, o nível terciário de internações hospitalares e de medicina intensivista).

A posição assumida pelo governo na pandemia, e a estrutura discursiva por ele produzida, resultou em uma espécie de *revolução cultural*. Parte expressiva da população brasileira que, comumente, observava as diretrizes do Ministério da Saúde quanto a prevenção e tratamento de doenças infectocontagiosas, passou a banalizar a pandemia, rejeitar o método de isolamento social, depreciar o uso de máscaras reivindicando a liberdade de ir e vir, de expressar desconfiança em relação aos cientistas e de escolher individualmente o tratamento que avaliava como mais adequado para a COVID-19 (cloroquina, vitamina C, orações, ozônio terapia, etc.).

Essa revolução cultural, engendrada pelo governo Bolsonaro, autorizava que cada indivíduo agisse conforme entendesse o que vinha a ser o melhor para si e sua família, ao passo em que descartava sua própria centralidade no protagonismo das políticas de proteção social e de garantia da saúde coletiva.

Enquanto o país testemunhava uma espiral de crises e emergências humanitárias, que afetaram o funcionamento subjetivo, na forma de uma *revolução cultural alienante*, o número de vítimas da COVID aumentava vertiginosamente até alcançar o patamar de quase 700.000 mortos. Nesse quadro terrível, reconhecemos o *capitalismo de desastre*, tal como fora definido por Klein (2008). O governo Bolsonaro explorou a conjuntura para avançar o programa político neoliberal. É isso que faz com que não estranhemos as palavras do então ministro do meio-ambiente, Ricardo Sales, proferidas na reunião ministerial do dia 22 de abril de 2020, que defendia que o governo deveria aproveitar que a atenção da imprensa se concentrava na COVID-19, para aprovar, de modo furtivo, reformas regulatórias *de baciada, passando a boiada*.

Durante o período da pandemia, a agenda neoliberal avançou com a privatização da Eletrobrás e de partes da Petrobrás. A desregulamentação ambiental avançou sem freios. Ademais, o esvaziamento orçamentário de diversos órgãos, afetou não apenas os investimentos públicos, como, também, o custeio, como o caso da falta de recursos para a emissão de passaportes, a paralisia das Universidades Públicas, a crise da falta de pessoal nas agências reguladoras, a falta de remédios no programa Farmácia Popular e a falta total de livros didáticos. Um estudo mais completo da indigência a que foi submetido o setor público está retratada no Relatório

Final do Gabinete de Transição Governamental (2022), em que se afirma que: “(...) o governo Bolsonaro chega ao fim do mandato em meio a uma ameaça real de colapso dos serviços públicos.” (Gabinete de Transição Governamental, 2022, p.7).

Por fim, é importante, ainda, lembrar que, os elevados custos da pandemia foram utilizados como justificativa, pelo governo - e com apoio da extrema-direita e dos partidos de direita – para, ainda em 2020, dar início à Reforma Administrativa (PEC 32), e levar adiante as reformas do Pacto Federativo (PEC 188/19), dos Fundos Públicos (PEC 187/19) e a Emergencial (PEC 186/19).

O enfraquecimento generalizado do aparato desenvolvimentista e dos serviços públicos, em um governo cuja capacidade administrativa se mostrou inexistente, não foi razão suficiente para impedir a votação expressiva que Jair Bolsonaro obteve nas eleições presidenciais de 2022. De fato, ele perdeu as eleições por menos de dois milhões de votos para ninguém menos do que Lula, um presidente eleito por duas vezes e detentor de elevados níveis de popularidade. Isso só foi possível, em um país como o Brasil, com apoio considerável de dois setores da sociedade brasileira: aqueles que protagonizaram a revolução cultural e as pessoas pobres, que mais precisam dos serviços públicos.

Apesar da formulação de Klein (2008) acerca do *capitalismo de desastre* ser eficaz em seu potencial interpretativo do que vem a ser o avanço do neoliberalismo, uma pergunta se mantém em aberto: quais são as razões que fazem com que o impacto do desastre favoreça a implantação das reformas tanto por meio da falta de resistência, como por meio do apoio popular?

Nossa hipótese, já apresentada na introdução deste artigo, é que o processo subjetivo de melancolização, a um só tempo, individual e social, é uma chave valiosa para compreender como o programa político do neoliberalismo, com seu conjunto de reformas antipopulares que desmantelam o Estado e sobrecarregam o povo, pode ser desejado por parte expressiva da população.

A melancolização na base da sujeição social

Localizamos nos conceitos freudianos de melancolia e de identificação as chaves interpretativas essenciais para explicar como relações de sujeição se

constituem no tecido social e que afetos mobilizam. Esses conceitos estão em duas referências freudianas fundamentais redigidas nos anos que antecederam o fascismo, na Itália, e, posteriormente, o nazismo, na Alemanha, a saber, *Luto e Melancolia* (1917/2020) e *Psicologia das Massas e Análise do Eu* (1921/2020). O que articula ambas as referências é o fato de que, em 1917, distinguem-se duas posições subjetivas diante da perda do objeto amado: o luto com a aceitação dolorosa da perda do objeto e a melancolia, caracterizada pela presença da sombra do objeto perdido sobre o *Eu*. É precisamente essa identificação do *Eu* ao objeto perdido, localizado por Freud (1917/2020) na melancolização, que será o efeito central do processo de sujeição definido a partir do conceito de identificação (Freud, 1921/2020).

O texto *Psicologia das Massas e Análise do Eu* (1921/2020) é uma referência central para entender o processo de constituição do *Eu* a partir da identificação. Nele, fica consolidada a impossibilidade de se separar psicologia individual e psicologia social, ou seja, de se distinguir entre uma psicologia que investigaria os processos de constituição do *Eu* e uma psicologia dedicada a investigar criticamente os meios de sujeição social e produção de alienação, a partir do reconhecimento de que o mesmo processo de identificação que constitui o *Eu*, constitui também a massa como forma de laço social. Por isso, ao se dedicar à investigação da lógica de formação do *Eu* a partir do conceito de identificação, Freud (1921/2020) o fez à luz da alienação às condições materiais da vida social e por sua íntima articulação à figura da autoridade, indicando como o *Eu* não é uma instância de mediação, mas pode vir a ser a própria reificação da autoridade. E será com base na fórmula da constituição do *eu* pela identificação, que inclui o laço afetivo com a autoridade, que Freud corajosamente formulará uma teoria sobre a relação entre alienação e autoridade no campo mais amplo das relações sociais.

Essa teoria avança a distinção entre luto e melancolia, elaborada em 1917, e define como o processo de identificação mobiliza uma gradação de sentimentos que vai desde o enamoramento (com a idealização da autoridade) até a sujeição, em que o *Eu* acaba por desaparecer completamente, em nome da figura hegemônica de autoridade: humilde sujeição, alienação, despersonalização, solapamento da iniciativa própria, docilidade ausência de crítica, desamparo e agressividade direcionada ao que não se

conforma a essa modalidade de identificação pela sujeição. A formulação de Freud é, então, precisa e indica o caminho de uma intuição que, muito pouco tempo depois, se converteria em hipótese a respeito da ascensão do fascismo na Europa: ao mesmo tempo em que a sujeição à autoridade se alimenta do desamparo, ela produz, no *Eu*, a alienação, com a ilusão de que a autoridade é a solução para a ligação com o objeto perdido.

O que a melancolia nos ensina sobre a melancolização

É importante estabelecer uma distinção entre melancolia, como tipo clínico da estrutura da psicose, e o que designamos como *melancolização*.

Em *Luto e Melancolia* (1917/2020), no quadro da reflexão sobre o destino da pulsão a partir da perda do objeto amado, o impacto da I Guerra já indicava, para Freud, a forma como o ser humano se relaciona afetivamente, *pathicamente*, com a realidade simbólica. Freud (1917/2020) destaca os seguintes traços na melancolia:

O melancólico ainda nos mostra algo que falta no luto: um extraordinário rebaixamento da autoestima do *Eu*, um grandioso empobrecimento do *Eu*. (...) O doente nos descreve seu *Eu* como indigno, incapaz e moralmente desprezível; ele se recrimina, insulta-se e espera ser rejeitado e castigado. Ele se humilha diante de qualquer pessoa e sente pesar por seus familiares estarem ligados a uma pessoa tão indigna. Ele não julga que uma mudança lhe aconteceu, mas estende sua autocrítica ao passado; ele afirma que nunca foi melhor. (FREUD, 1917/2020, p. 102-103).

A partir dessa descrição, Freud (1917/2020) não só define a distinção entre os estados de ânimo que um ser humano assume diante da perda do objeto amado, como, também, localiza, na melancolia, por meio da identificação ao objeto perdido, um estado de ânimo específico decorrente da retração do investimento da pulsão sobre o *Eu*. O *Eu* se identifica ao objeto perdido, se empobrece e entra em paralisia e inação. Conforme Freud (1917/2020) afirma, o *Eu* padece de um rebaixamento da autoestima, de um grandioso empobrecimento e resignação, e da ausência de um julgamento de que uma mudança lhe aconteceu. Ele, então, se auto recrimina, se auto repreende como indigno e moralmente desprezível, responsabilizando-se pela perda do objeto, avaliando que suas escolhas foram erradas, que adotou ideologias enganosas.

Essa espécie de reversão da pulsão na melancolia revela uma conformação subjetiva de maior radicalidade, evidenciando a sujeição do *Eu* ao objeto. Mas essa sujeição só se esclarecerá em *Psicologia das Massas e Análise do Eu* (1921/2020), a partir do conceito de identificação. Esse esclarecimento será fundamental para evidenciarmos como o poder atua na produção de um *pathos* melancolizado - índice de submissão do sujeito à massa.

Identificação imaginária e formação da massa

O capítulo VII de *Psicologia das Massas e Análise do Eu* (1921/2020) será dedicado à lógica do processo de identificação e sua centralidade na formação da massa, tomando como referência central o fato de que a identificação é a expressão primitiva, primária, de uma ligação afetiva com outra pessoa. Conforme já foi mencionado anteriormente, posicionando o conceito de identificação no cerne da lógica de formação da massa, Freud explicita o processo que articula a formação do *Eu* à ao processo de alienação e sujeição social, topicamente encontrados na massa, desde o enamoramento até o próprio desaparecimento do *Eu* (indicativo do que caracterizamos do estado de ânimo melancolizado). Além disso, reconhece na posição assumida pelo *Eu*, na massa, a presença de uma marca diferencial (um traço, uma insígnia) ou um objeto distintivo (na forma de um chefe, uma entidade, um totem). A formulação de Freud (1921/2020) é clara e indica o caminho de uma intuição que, muito pouco tempo depois, se converteria em hipótese a respeito da ascensão do fascismo na Europa: ao mesmo tempo em que a sujeição à autoridade se alimenta do desamparo, ela produz, no *Eu*, a alienação, com a ilusão de que a autoridade é a solução. Freud (1921/2020) retoma, então, seus achados conceituais sobre o narcisismo, do estado de ânimo à perda do objeto, e o complexo de Édipo para definir o processo de identificação tanto como ambíguo, como limitado à um traço do objeto. A partir de tais referências, o autor distinguirá, no capítulo VII, as três formas de identificação do *Eu*, expostas no Quadro 04, elaborado de forma sintética pelos autores do presente artigo.

Quadro 04 - Formas de identificação, segundo *Psicologia das Massas e Análise do Eu* (1921/2020)

Formas	Definição
Formação do Ideal do <i>Eu</i> (Ser como a pessoa)	É a forma de ligação afetiva originária com uma outra pessoa, que conduz o psiquismo ao posterior investimento em outros objetos de amor (ter).
Por regressão do ter ao ser	A forma de ligação afetiva originária toma o lugar do investimento em outros objetos de amor (ter), vigorando a introjeção do objeto no <i>Eu</i> .
Infecção psíquica (identificação entre os <i>eus</i>)	A forma de ligação afetiva opera entre pessoas a partir do reconhecimento de um traço comum, sem se orientar pelo Ideal do <i>Eu</i> . A identificação é por imitação e está fundada em um querer colocar-se no lugar do outro.

Fonte: Elaborado pelos autores.

Ele avança em seu raciocínio, no capítulo VIII, onde retoma as formulações sobre a formação do líder da horda primitiva e a distribuição afetiva, pulsional, entre o *Eu* e o objeto. Utilizando um vocabulário, ao mesmo tempo, psicanalítico e político, Freud não só esclarece, na formação do líder, a passagem sutil do enamoramento à sujeição como, mais fundamentalmente, o grau de funcionamento pulsional, que vai desde a sua distribuição entre o *Eu* e objeto, até a desapareção do *Eu* sob a sombra do próprio objeto:

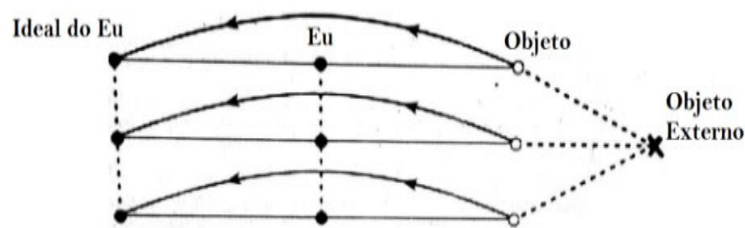
(...) o *Eu* se torna cada vez menos exigente, mais modesto, e o objeto, cada vez mais grandioso, mais valioso; este finalmente alcança a posse de todo o amor próprio do *Eu*, de modo que o autossacrifício do *Eu* torna-se a consequência natural. O objeto consumiu o *Eu*, por assim dizer. Traços de humildade, de restrição do narcisismo, de causação de danos a si mesmo estão presentes em qualquer caso de enamoramento; em casos extremos, eles são simplesmente intensificados, e com o recuo das reivindicações sensuais, eles ficam sozinhos a dominar. (...) Silencia-se a crítica exercida por essa instância; tudo o que o objeto faz e exige é correto e inatacável. A consciência não encontra aplicação para tudo que ocorre em favor do objeto; na cegueira amorosa nos tornamos criminosos sem remorso. A situação inteira se deixa resumir, sem resíduos, em uma fórmula: O objeto colocou-se no lugar do Ideal do *Eu*. (FREUD 1921/2020, p. 188).

Assim, Freud (1921/2020) estabelece a distinção fundamental entre identificação como base da formação do ideal do *Eu* e enamoramento/sujeição:

1. Na *identificação*: o objeto foi perdido ou renunciou-se a ele; então é novamente instaurado no *Eu*, que se modifica parcialmente conforme o modelo do objeto perdido enriquecendo-se com suas propriedades.
2. No *enamoramento/sujeição*: o objeto foi totalmente conservado (equivalendo ao pai da horda primitiva, severo, rígido e autoritário) e, como tal, é sobreinvestido à custa do *Eu*, recaindo sobre ele como uma verdadeira sombra.

A lógica do enamoramento/sujeição é caracterizada como hipnose, pois a posição do *Eu*, neste caso, é a mesma: humilde sujeição, solapamento da iniciativa própria, docilidade e ausência de crítica ante o mesmerista - exatamente como diante do objeto amado. Ele é o único objeto, nenhum outro recebe atenção além dele. A figura 1 fora elaborada, por Freud (1921/2020), como matriz para a inteligibilidade da constituição do líder, tomando como base a identificação primária ao pai, localizada no narcisismo.

Figura 01 - A Formação do líder segundo a lógica da identificação



Fonte: FREUD (1921/2020).

Essa forma de identificação é denominada de *identificação imaginária*, precisamente porque situa a formação do líder e a sujeição do *Eu*, sobre a base de uma identificação especular ao Ideal do *Eu*. Esse mesmo esquema proposto por Freud (1921/2020) antecipa como, politicamente, o fascismo mobiliza afetos a ponto de se erguer como solução catastrófica, pela sujeição, para a diversidade de indivíduos que habitavam as ruas da Europa no final da I Guerra. Sua lógica se esclarece em quatro pontos:

1. Pluralização dos *eus*.
2. Identificação de cada *Eu*, na massa, à outros *eus*, formando uma relação de *semelhantes* e o sentimento de *que somos todos iguais*.

3. Enamoramento e sujeição ao líder rígido, autoritário, severo, constituindo, em torno dele, a imagem unitária do povo.

4. Segregação agressiva de tudo o que se opõe a essa imagem unitária.

O conceito freudiano de identificação revela, assim, como o poder não se reduz a uma atuação repressiva do aparelho de Estado. O poder exige processos psíquicos, mobiliza afetos e, neste caso, até o ponto da sujeição, até o ponto de o objeto recair como sombra sobre o *Eu*, exatamente conforme descrevera Freud (1917/2020) a respeito da melancolia, em que o *Eu* acaba por desaparecer completamente, em nome da figura hegemônica de autoridade: humilde sujeição, alienação, despersonalização, solapamento da iniciativa própria, docilidade, ausência de crítica, desamparo e agressividade direcionada ao que não se assente a essa forma de identificação pela sujeição.

Considerações Finais: Melancolização e racionalidade na base do capitalismo de desastre

A retomada das formulações de Freud sobre a assunção psíquica do poder, tal como encontramos em *Psicologia das Massas e Análise do Eu* (1921/2020), foi crucial para construir uma direção à pergunta colocada por nós ao longo do artigo: como o impacto de um desastre da magnitude da COVID-19 acaba por favorecer a implantação das reformas estruturais, que desmantelam o Estado e hiperresponsabilizam o povo? Construimos a partir dessa pergunta a hipótese da melancolização. Isso foi possível porque, entre a crise aberta pela pandemia de COVID-19 e as reformas, que dissolvem o Estado de bem-estar social, situamos os choques subjetivos. Esses são a expressão da mobilização de afetos e do reposicionamento do sujeito para essa espécie de *revolução cultural*: assumindo que é individualmente livre e responsável por seu mérito na conquista de direitos, e por sua incapacidade naquilo que perde, em uma alienação profunda à crença narcísica no poder, na força do indivíduo contra as adversidades da vida.

Esses aspectos da *revolução cultural* escondem uma verdade fundamental: uma tessitura de poder muito mais enraizada e violenta, porque incide sobre a regulação dos afetos. Esse é o fundamento do *capitalismo de desastre*, que não somente explica por que não é somente nas ditaduras que o poder autoritário se

exerce, como também pode explicar como uma ditadura pode emergir, se consolidar e ser desejada por parte do povo – muitas vezes, de forma esdrúxula.

Conforme a formulação freudiana (1921/2020), nessa tessitura de poder, o líder pode se fazer da materialidade de uma sífilis, mas também do modo de comer farofa, de se misturar com a população em uma feira popular e comer salgadinho, da suposta simplicidade de falar o que pensa e revelar o politicamente correto como *mimimi*, da preocupação do homem comum que teme que o comunismo e o *gaysismo* ameacem sua família.

Do lado do sujeito, já afetado pela *revolução cultural*, eis o líder que expõe e sabe a solução para os medos e as inseguranças de quem já não acredita na possibilidade de se ancorar no estado de bem-estar social. É nessa relação de desalento e amparo que ocorre a identificação imaginária com um governante como Jair Bolsonaro. E, nessa relação, não está em jogo o combate à desigualdade que mata crianças negras, que produz violência sexual e de gênero, que impede a ascensão dos mais pobres aos bens de consumo, mas o combate às plataformas históricas de inclusão e equidade, até o ponto de não reconhecer mais os poderes estruturais de dominação. Enquanto isso, o líder passa a boiada das reformas estruturais típicas do programa de austeridade. O efeito não poderia ser outro: imobilismo social, paralisia, ruína, miséria, perdas e morte.

REFERÊNCIAS

- BROWN, W. (2019). *Nas ruínas do neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática no ocidente*. São Paulo: Editora Filosófica Politeia.
- DARDOT, P.; LAVAL, C. (2016). *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Boitempo.
- FOUCAULT, M. (2008). *Nascimento da Biopolítica (1978-1979)*. São Paulo: Martins Fontes.
- FREUD, S. (2020). Luto e Melancolia. In FREUD, S. *Cultura, Sociedade, Religião: O mal-estar na Cultura e Outros Escritos*. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.
- FREUD, S. (2020). Psicologia das Massas e Análise do Eu (1921). In FREUD, S. *Cultura, Sociedade, Religião: O mal-estar na Cultura e Outros Escritos*. Belo Horizonte: Autêntica.
- FREUD, S. (1987) O Ego e o Id (1923). In: Freud, S. *Edição Standard das Obras Completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago Editora, vol.XIX.
- FRIEDMAN, M. (2019). *Capitalismo e Liberdade*, Edição do 40º aniversário. Rio de Janeiro:

LTC.

FRIEDMAN, M. (2005). *The promise of vouchers*. In Wall Street Journal, 5 de dezembro de 2005. Disponível em: <https://www.wsj.com/articles/SB113374845791113764>

GABINETE DE TRANSIÇÃO GOVERNAMENTAL (2022). *Relatório Final do Gabinete de Transição Governamental*. Disponível em: <https://gabinetedatransicao.com.br/wp-content/uploads/2022/12/relatorio-final-da-transicao-de-governo.pdf>

HENSCHER DE LIMA, C & ALVES JR., A.J. (2020). A terapia de choque e a nova onda neoliberal no Brasil. In: Bercovici, G., Sicsú, J. & Aguiar, R. *Utopias Para Reconstruir o Brasil*. São Paulo: Quartier Latin.

HENSCHER DE LIMA, C. (2021). História psicossocial das emergências humanitárias: Uma sistematização da resposta brasileira ao impacto da COVID-19 na saúde da população. *Research, Society and Development*, v. 10, n. 8, e30610817275. DOI: <http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v10i8.17275>

KLEIN, N. (2008). *Doutrina de choque. A ascensão do capitalismo de desastre*. Rio de Janeiro, São Paulo: Nova Fronteira.

NOVAES, M. (2016). Brasileiros à beira de um ataque de nervos. *Jornal El País*, 16 de abril de 2016. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2016/04/15/politica/1460672392_067866.html

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. FACULDADE DE SAÚDE PÚBLICA. CENTRO DE PESQUISAS E ESTUDOS DE DIREITO SANITÁRIO. CEPEDISA. (2021). *Direitos na Pandemia – Mapeamento e Análise das Normas Jurídicas de Resposta à COVID-19 no Brasil*. São Paulo: Universidade de São Paulo.

NOTAS DE AUTOR

CONTRIBUIÇÃO DE AUTORIA

Claudia Henschel de Lima- Concepção e elaboração do manuscrito. Participação ativa da discussão dos resultados; Revisão e aprovação da versão final do trabalho.

Antônio José Alves Junior- **Concepção** e elaboração do manuscrito. Participação ativa da discussão dos resultados; Revisão e aprovação da versão final do trabalho.

FINANCIAMENTO

PROPI.UFF.

CONSENTIMENTO DE USO DE IMAGEM

Não se aplica

APROVAÇÃO DE COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

Não se aplica

CONFLITO DE INTERESSES

Não se aplica

LICENÇA DE USO

Este artigo está licenciado sob a [Licença Creative Commons CC-BY-NC](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/). Com essa licença você pode compartilhar, adaptar, criar para qualquer fim, sem uso comercial e desde que atribua a autoria da obra.

HISTÓRICO

Recebido em: 07-01-2023

Aprovado em: 24-08-2023